

Brasília - DF, 25 de fevereiro de 2025.

Ilmos. Srs.

**Diretores e Conselheiros da**  
**Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**  
**CNPJ N  09.168.704/0001-42**

### **Opinião**

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** que compreendem o Balanço Patrimonial – **BP**; a Demonstra o do Resultado do Exercício – **DRE**; a Demonstra o dos Fluxos de Caixa – **DFC**; e a Demonstra o do Valor Adicionado – **DVA**; as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como as Notas Explicativas – **NE** relativas ao período equivalente ao **4  trimestre** do exercício financeiro do ano de 2024.

Em nossa opinião, as Demonstra es Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** no 4  trimestre de 2024, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o período findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, da **Lei N  6.404/76** (lei das sociedades por a es) , da **Lei N  4.320** (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – **NBC TSP**; e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP**.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstra es Contábeis".

Somos independentes em rela o   Institui o, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis**

Nosso objetivo   o de obter segurança razoável de que as Demonstra es Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor es relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes.

As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstra es Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor o relevante nas Demonstra es Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante resultante de fraude   maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Institui o.
- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso, pela administra o, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas demonstra es contábeis ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar a Institui o a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstra es Contábeis, inclusive as divulga es e se as Demonstra es Contábeis representam as correspondentes transa es e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresenta o adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constata es significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declara o de que cumprimos com as exigências  ticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es contábeis

A administra o da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas Demonstra es Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Público – **NBC TSP**, a Lei N  6.404/76 (lei das sociedades por a es) , a Lei N  4.320 (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP** e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elabora o de Demonstra es Contábeis livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das Demonstra es Contábeis, a administra o   responsável pela avalia o da capacidade de a Institui o continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das Demonstra es Contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a Institui o ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da Institui o são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das Demonstra es Contábeis.

Atenciosamente,



Fabia Marques Braga.

CRC 013977/DF.

Responsável Técnica: Fábía Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217 – COMPLIANCE FGV.



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF 028585/O-8 – Auditor registado no CNAI – Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob o nº 9206.

Metrópole Soluções Governamentais.

CRC: 001279/ CRA: 1737/ CREA: 16031

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da

**Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC**

**CNPJ Nº 09.168.704/0001-42**

**Relatório analítico de auditoria independente**

**Referente ao período do 4º trimestre de 2024**

**Em conformidade com NBCTA 700 e NBC TA 200**

Sumário	
1. Considerações Gerais.....	8
2. Contextualização Geral.....	9
3. Sobre a Entidade Auditada.....	9
4. Observância a legislação para elaboração das Demonstrações Contábeis.....	10
5. Procedimentos e metodologia dos trabalhos de Auditoria.....	11
5.1 Planejamento.....	11
5.2 Execução dos trabalhos.....	12
5.3 Emissão da Opinião e relatório.....	13
6. Sobre as Demonstrações Contábeis.....	14
7. Possíveis incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional.....	14
7.1 Dependência orçamentária.....	16
8. Assuntos de auditoria.....	17
8.1. Caixa e Equivalente de caixa.....	17
8.1.1 Aplicações financeiras.....	18
8.1.2 Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional.....	18
8.2 Créditos a Curto Prazo.....	20
8.3 Adiantamentos concedidos a pessoal.....	21
8.4 Tributos a Recuperar/compensar.....	22
8.4.1 CSSL a Compensar.....	23
8.5 Outros créditos a receber.....	23
8.6 Estoques.....	25
8.7. Realizável a Longo Prazo.....	25
8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber.....	25
8.7.2 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.....	25
8.7.3 Depósitos para Interposição de Recursos.....	27
8.7.4 Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis/Imóveis.....	28
8.8 Investimentos.....	28
8.8.1 Participações em Fundos.....	29
8.9 Ativo Imobilizado.....	31
8.9.1 Teste de Recuperabilidade.....	31
8.10 Salários, Remunerações e benefícios.....	33
8.11 Obrigações tributárias.....	36
8.11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal – ICMS.....	37
8.12 Provisões a curto prazo.....	38
8.13 Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros.....	39
8.14 Obrigações a longo prazo (Contrato de Gestão nº 17/2009).....	39
9. Outros assuntos do Relatório de auditoria.....	40
9.1 Obrigações fiscais acessórias.....	41
9.2 Conferência de retenções.....	41
9.3 Comparativo de Receitas.....	41
9.4 Controles internos.....	41
9.5 Atas das Assembleias.....	41
9.6 Relação Nominal de Servidores, Jovens Aprendizes e Estagiários.....	41
9.7 Incorporações de Bens.....	42
9.8 Parcelamentos contraídos.....	42
9.9 Ativos mantidos para venda ou propriedades para investimento.....	42
10. Encerramento.....	42

## 1. Considera es Gerais

Este Relatório de Auditoria visa apresentar nossas metodologias, procedimentos e premissas consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria.

Nosso objetivo, através deste Relatório,   apresentar um trabalho no qual obtivemos evidências apropriadas e suficientes para expressar nossa conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensura o ou avalia o do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis no parágrafo **"Observância a legisla o para elabora o das Demonstra es contábeis"**.

A **Metrópole Solu es Governamentais** não se responsabiliza de atualizar este Relatório para eventos e circunstâncias que ocorram após a sua Data Base.

Nós, da **Metrópole Solu es Governamentais** declaramos total independência para realiza o deste trabalho, em conformidade com as Normas Brasileiras de Trabalhos de Auditoria – **NBC TA** aprovadas pelo Comit  de Pronunciamentos Contábeis – **CPC**.

Nossas análises foram realizadas com base em elementos que são razoavelmente esperados, portanto, não levam em considera o possíveis eventos extraordinários e imprevisíveis.

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e demais gestores da

**Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**

**CNPJ n  09.168.704/0001-42**

### **Relatório Circunstanciado**

**referente ao 4  trimestre do exercício financeiro de 2024**

## **2. Contextualiza o Geral**

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, que compreendem o período do 4  trimestre do exercício financeiro de 2024 e os demais relatórios gerenciais, Contábeis e Financeiros.

Este relatório foi construído com conteúdo didático e customizado, que se aplica   natureza jurídica desta Institui o, e, portanto, torna-se o instrumento de referência sobre a forma o da nossa Opinião que será expressa no Parecer de Auditoria.

## **3. Sobre a Entidade Auditada**

A **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**,   uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade an nima de capital fechado, vinculada   Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunica o Social, e   regida por seu Estatuto, pela **Lei n  11.652**, de 7 de abril de 2008, pela **Lei n  13.303**, de 30 de junho de 2016, pela **Lei n  6.404**, de 15 de dezembro de 1976, pelo **Decreto n  8.945**, de 27 de dezembro de 2016 e pelas demais normas de direito aplicáveis.

Em conexão com seu Art. 4  do Estatuto Social, a **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, tem por finalidade a presta o de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios, objetivos e competências estabelecidos na **Lei n  11.652**, de 7 de abril de 2008.

A empresa cumpre sua fun o de prestadora de serviços e contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a constru o da cidadania, com uma programa o educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão.

#### 4. Observância a legisla o para elabora o das Demonstra es Contábeis

As Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** são elaboradas trimestralmente durante a vigência de seu Exercício Social, e sobre a aplicável ao 4  trimestre do ano de 2024, apresentamos este Relatório que fundamenta nossa Opinião.

Suas Demonstra es Contábeis devem ser elaboradas em observância principalmente aos preceitos da **Lei n  6.404** (Lei das Sociedades An nimas), de 15 de dezembro de 1976, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC e de acordo com o que rege a **Lei 13.303/16** (estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), já que a mesma foi constituída na forma de empresa por a es de capital fechado.

Como a **EBC** recebe do seu ente controlador recursos para manuten o de suas Despesas com Pessoal; Despesas com Custeio ou Despesas de Capital, a mesma se enquadra no conceito de entidade controlada dependente, e por tanto se submete as prerrogativas da **Lei complementar N  101** (Lei de responsabilidade fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, assim como, aos pressupostos da Lei No 4.320 (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964.

**Ressalta-se** que as empresas estatais dependentes estão abrangidas no conceito de entidades do setor público, devendo assim aplicar as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP** de maneira obrigatória, assim como por determina o dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e cong neres.

Diante o exposto,   possível afirmar que o Critério Técnico aplicável para análise das Demonstra es Contábeis encontra-se devidamente consolidado para fins de aplica o de testes com o objetivo de obter evidências suficientes e adequadas para basear esta opinião de auditoria e desse modo, tais Demonstra es apresentadas pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**

seguem as observa es dessa Estrutura, assim como os demais Preceitos Legais citados neste relatório.

## 5. Procedimentos e metodologia dos trabalhos de Auditoria

### 5.1 Planejamento

Em conformidade com a **NBC TA 200 (R1)** – "Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condu o da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria", foi verificado se o objeto da auditoria era apropriado, por meio da análise de todos os elementos de controle do patrim nio administrado e foi possível constatar que estavam.

Em seguida, foi definida a estratégia global de acordo com a **NBC TA 300 (R1)** – Planejamento da Auditoria das Demonstra es Contábeis, por meio do qual, foi identificado a forma de emissão do relatório na forma de opinião de auditoria de acordo com a **NBC TA 700** – Forma o da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstra es Contábeis; tal qual, também foram compreendidos os objetivos da auditoria de acordo com a **NBC TA 200 (R1)** por meio de consultas institucionais com a equipe da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** que esclareceu situa es específicas da entidade e respondeu aos quesitos levantados pela auditoria.

Foram também realizados:

- a) o processo de verifica o da Materialidade na forma contínua aos Trabalhos, por meio da análise crítica do objeto da auditoria, definindo os tipos de distor es que poderiam ser aceitáveis, a fim de emitir opinião sem modifica o, e das distor es que seriam consideradas relevantes, que baseiam a emissão de opinião modificada conforme **NBC TA 320 (R1)** - Materialidade no Planejamento e na Execu o da Auditoria.
- b) a análise de risco por meio da elabora o da matriz de risco da Companhia, assim como para a base dos mapeamentos dos processos e classifica o dos riscos conforme **NBC TA 200 (R1)** - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condu o da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.
- c) a sele o de itens a serem examinados no universo do escopo dos trabalhos, por meio de método probabilístico de coleta de amostra. Esclarecendo ainda que alguns itens

não são realizados testes por amostragens, e sim em toda popula o conforme **NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria**.

Sendo assim,   possível afirmar que a equipe de auditoria realizou a elabora o do Plano de Trabalho com vistas a análise dos métodos de execu o dos trabalhos, do modelo do relatório financeiro aplicável e dos critérios técnicos conforme preconiza a **NBC TA 300 (R1) – Planejamento da Auditoria das Demonstra es Contábeis**.

**Pontuamos** que ambas as partes envolvidas na elabora o deste relatório estão cientes de suas atribui es, e que foram cumpridos todos os aspectos relacionados a concordância com os Termos de trabalho da **NBC TA 210**.

## 5.2 Execu o dos trabalhos

Esta equipe de auditoria realizou a execu o dos trabalhos de auditoria para obten o de evidencias por meio de procedimentos substantivos e testes de observância em conformidade com a **NBC TA 500 – Evidência de Auditoria** e **NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos** pela aplica o de procedimentos substantivos por meio de técnicas executadas na forma de testes a serem descritos em conjunto com os assuntos de auditoria presentes no escopo, tais procedimentos estão correlacionados a **NBC TA 700 – Forma o da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstra es Contábeis**, assim como pelas demais **NBC TAs** aplicáveis.

Foram realizadas todas as análises de suficiência e adequa o em conjunto dos papéis de trabalho elaborados, procedimentos de execu o dos trabalhos, para determina o da necessidade de teste suplementares e novos procedimentos conforme a **NBC TA 220, NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria** e **NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos**.

**Ressalta-se** que as evidências de auditoria coletadas nesta fase dos trabalhos, estão de acordo com a **NBC TA 500 (R1)** e **NBC TA 501**, assim como incluem informa es contidas nos registros contábeis subjacentes às Demonstra es Contábeis e outras informa es, além dos Procedimentos de Auditoria que foram aplicados.

### 5.3 Emissão da Opinião e relatório

Baseados nos trabalhos realizados na forma de procedimentos de auditoria em documentos e dos testes aplicados, por meio das técnicas que utilizamos, **obtivemos evidência de auditoria** suficiente para uma **conclusão** quanto ao cumprimento do **objetivo global** da auditoria.

**Considerando** os critérios atribuídos a **NBC TA 700** - Forma o da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstra es Contábeis;

**Considerando** os critérios atribuídos a **NBC TA 701** – Comunica o dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente;

**Considerando** os critérios atribuídos a **NBC TA 706** – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos de Auditoria ao Relatório do Auditor Independente;

**Considerando** o Planejamento de Auditoria e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

**Considerando** a execu o dos trabalhos e Procedimentos de Auditoria aplicados e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

**Considerando** documenta o auditada e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

**Considerando** as evidências de auditoria obtidas e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

**  possível concluir** que os procedimentos realizados para embasar este Relatório de Auditoria nos d  o registro suficiente e apropriado para o embasamento do nosso Relatório.

Assim sendo, submetemos   vossa aprecia o **recomenda es** desta Auditoria objetivando fortalecer ainda mais as rotinas de controle interno.

**Ressalta-se** ainda que estes trabalhos cumprem com os critérios de Gestão de qualidade da Auditoria de Demonstra es Contábeis regidas pela **NBC TA 220**.

## 6. Sobre as Demonstra es Contábeis

O objetivo das Demonstra es Contábeis   o de proporcionar informa o acerca da posi o patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** que seja útil a muitos usuários da informa o em suas avalia es e tomada de decisões econ micas e financeiras.

As Demonstra es Contábeis têm também objetivado apresentar os resultados da atua o da administra o em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Foram apresentadas a esta auditoria as seguintes Demonstra es Contábeis:

- a) Balanço Patrimonial – **BP**;
- b) Demonstra o do Resultado do Exercício – **DRE**;
- c) Demonstra o das Muta es do Patrim nio Líquido – **DMPL**;
- d) Demonstra o do Fluxo de Caixa – **DFC**;
- e) Demonstra o de valor Adicionado – **DVA**;
- f) Notas Explicativas – **NE**.

**Ressalta-se** que não foram objeto desta auditoria a análise das Demonstra es elencadas na **Lei N  4.320/1964**, que correspondem ao Balanço Orçamentário – **BO**; ao Balanço Financeiro – **BF**; e a Demonstra o de Varia es Patrimoniais – **DVP**, devido ao fato de que seu Estatuto determina a aplicabilidade de auditoria independente para atendimento as normas da Comissão de Valores Mobiliários – **CVM** e a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por A es), fato este que não impede esta auditoria de solicitar tais demonstra es em auditorias futuras, a fim de verificar a concilia o das mesmas.

## 7. Possíveis incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

No curso dos procedimentos de auditoria,   essencial avaliar a existência de eventos ou condi es que possam indicar uma incerteza relevante quanto   continuidade operacional da entidade. Essa análise não implica na constata o imediata de tais incertezas, mas busca identificar elementos que

possam impactar a capacidade da organização de manter suas operações no futuro. Dessa forma, são considerados fatores financeiros, operacionais e outros indicadores que possam influenciar essa avaliação.

Um dos fatores analisados na avaliação da continuidade operacional   a existência de prejuízos acumulados, que podem indicar dificuldades financeiras. No caso da entidade em questão, verifica-se a presença desses prejuízos, o que, em um contexto empresarial comum, poderia representar um indicativo de incerteza relevante. No entanto, trata-se de uma empresa pública cuja operação depende de repasses orçamentários da União, o que reduz significativamente o risco de descontinuidade. Ainda assim,   importante destacar que a dependência exclusiva desses aportes, aliada   manuten o recorrente de déficits, pode representar um risco para a sustentabilidade financeira da entidade a longo prazo.

Assim sendo, chamamos a aten o dos usuários da informa o que neste exercício a **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** apresentou um prejuízo líquido em sua demonstra o do resultado do exercício no valor de **R\$ 16.637.445,48** (dezesesseis milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)., valor consideravelmente menor do que o registrado no último trimestre que era o valor **R\$ 40.203.083,41**, (quarenta milhões, duzentos e três mil, oitenta e três reais e quarenta e um centavos), o que representa um ganho de 60% na composi o do resultado e indica melhora na proje o da reversão do quadro.

**Pontuamos** que a opinião do auditor não está ressalvada em rela o a essa questão, pois, ainda que os resultados da entidade pudessem pressupor preocupa o a respeito de sua continuidade operacional, deve-se levar em considera o fatores inerentes a **EBC** que se diferem de outras empresas, tais como:

- a) O aporte adquirido de seu ente controlador pelo repasse orçamentário;
- b) As reservas já constituídas no patrim nio líquido, não ficando este a descoberto;
- c) Pelo já evidenciado pela empresa em eventos subsequentes as informa es contábeis do exercício de 2023.

Diante o exposto,   possível concluir que mesmo havendo a possibilidade de incertezas relacionadas com a continuidade operacional da **EBC**, a mesma   consideravelmente dirimida no curto prazo por fatores específicos relacionados a sua figura como ente público.

## 7.1 Dependência orçamentária

A seguir, apresentamos a tabela de composi o das varia oes patrimoniais da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**, demonstrando a distribui o das receitas e despesas ao longo do período analisado. Essa visão permite identificar a origem dos recursos, bem como os principais fatores que impactaram o resultado econ mico.

Além da apresenta o dos valores absolutos, foi realizada uma análise vertical, que demonstra a representatividade de cada item em rela o ao total das receitas e despesas, permitindo avaliar a estrutura financeira da entidade. Paralelamente, a análise horizontal evidencia a evolu o desses componentes ao longo do tempo, possibilitando identificar tendências, crescimento ou retra o de determinados itens e eventuais pontos de aten o.

Essa abordagem permite compreender a dinâmica econ mico-financeira da entidade, destacando fatores que podem influenciar sua sustentabilidade, mesmo sem indicar, no momento, riscos imediatos   continuidade operacional.

### Composi o das varia oes patrimoniais aumentativas

Composi�o da Varia�oes	4 Trimestre	3 Trimestre	A. V	A.H
Impostos e taxas	R\$ 47,62	R\$ 45,41	0%	5%
Receita de vendas e servi�os	R\$ 61.937.079,05	R\$ 40.364.372,86	8%	53%
Receitas financeiras	R\$ 31.141.260,37	R\$ 23.378.315,77	4%	33%
Valoriza�o de ativos e desincorpora�o de passivo	R\$ 7.119.108,18	R\$ 3.364.681,66	1%	112%
Receitas or�ament�rias	R\$ 630.211.903,93	R\$ 448.040.316,02	84%	41%
Outras varia�oes patrimoniais aumentativas	R\$ 16.380.784,33	R\$ 14.165.973,89	2%	16%
<b>Total de varia�oes aumentativas</b>	<b>R\$ 746.790.183,48</b>	<b>R\$ 529.313.705,61</b>	<b>100%</b>	<b>41%</b>
Pessoal e encargos	R\$ 491.460.650,98	R\$ 371.264.827,42	64%	32%
Despesas Sociais e previdenci�rias	R\$ 28.016.607,03	R\$ 20.726.219,86	4%	35%
Uso de bens e servi�os (consumo)	R\$ 175.612.371,69	R\$ 134.225.832,06	23%	31%
Despesas financeiras	R\$ 1.100.434,11	R\$ 752.794,39	0%	46%
transfer�ncias e delega�oes	R\$ 35.529.465,33	R\$ 23.395.869,62	5%	52%

Desvaloriza�o de ativos e incorpora�o de passivo	R\$ 18.234.146,47	R\$ 9.865.900,52	2%	85%
Despesas tribut�rias	R\$ 10.485.052,62	R\$ 7.327.738,25	1%	43%
Outras varia�es patrimoniais diminutivas	R\$ 2.988.900,73	R\$ 1.957.606,90	0%	53%
<b>Total de varia�es diminutivas</b>	<b>R\$ 763.427.628,96</b>	<b>R\$ 569.516.789,02</b>	<b>100%</b>	<b>34%</b>
D�ficit	R\$ 16.637.445,48	R\$ 40.203.083,41	2%	-59%

Nossa análise da estrutura de receitas e despesas da **EBC** evidencia que **84%** de suas receitas são provenientes de repasses, o que demonstra uma forte dependência de recursos externos para a manuten o de suas opera es. Apesar dessa fonte de financiamento garantir a continuidade das atividades, observa-se que, mesmo com esse suporte, a entidade apresentou um déficit de **2%** em rela o ao total de suas despesas, o que aponta para um desequilíbrio operacional.

No detalhamento das despesas, verifica-se que **64%** são destinadas a gastos com pessoal e **23%** a despesas com consumo, o que indica uma estrutura de custos rigidamente comprometida com itens de difícil redu o no curto prazo. Embora essa configura o não represente, no momento, um risco imediato de descontinuidade, a manuten o desse cenário pode comprometer a capacidade de resposta da entidade a eventuais restri es orçamentárias.

## 8. Assuntos de auditoria

Este item evidenciar  assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das Demonstra es Contábeis do 4  trimestre de 2024 conforme **NBC TA 706**.

Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos já comunicados aos responsáveis pela governança.

### 8.1. Caixa e Equivalente de caixa

Foram analisadas as contas que compreendem o somatório dos valores e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentac o para aplica o nas opera es da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** e para os quais não haja restri es para uso imediato.

### 8.1.1 Aplica es financeiras

Primeiramente, foram aplicados testes nas composi es dos valores de aplica es financeiras referentes aos recursos originários das receitas próprias da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, acrescidos dos respectivos rendimentos, na Conta única do Tesouro Nacional, conforme disciplina o Art. 5 -A da Medida Provisória n  2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei n  12.833, de 2013.

Disponibilidade	Saldo Inicial exercicio	Saldo Final Trimestre	Saldo Extrato	Diferen�a	A.V	A.H
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	R\$ 277.015.772,32	R\$ 270.937.379,26	R\$ 270.937.379,26	R\$ 0,00	40%	-2%

**Ressalta-se** que também foi verificada a disponibilidade de recursos na conta Radiobrás CTA Agência 1607-1, Conta 333115-6, porém a mesma não possui grau de materialidade suficiente a fim de compor análise mais aprofundada.

Confrontamos os saldos dos documentos comprobatórios com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 e os mesmos estão devidamente conciliados.

### 8.1.2 Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional

Foi analisada a rubrica contábil que compreende o recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta única do Tesouro Nacional, cuja destina o está relacionada as despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços e investimentos da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

A Conta única do Tesouro Nacional   um instrumento de controle de caixa, pelo qual as receitas e despesas de entidades públicas são geridas sob custódia do Banco Central, de acordo com a instru o normativa número 4 de 2004 da Secretaria do Tesouro Nacional:

*Art. 15. O limite de saque total da Unidade Gestora nunca poderá ser maior do que o limite de saque autorizado   Conta única do Tesouro Nacional em vincula o de pagamento específica definida pelo  rg o Central do Sistema de Administra o Financeira.*

**Pontuamos** que o valor está registrado como caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata, e ainda que sejam recursos disponíveis de utiliza o, há a limita o de saque para utiliza o plena desses recursos da conta única do Tesouro Nacional, sendo assim, entendemos como o mais adequado que essa opera o deveria ser evidenciada quanto a limita o para aplica o dos gastos, pela escritura o desses valores em rubrica contábil denominada **“Depósitos restituíveis e valores vinculados”**, com o título **“Valores Vinculados aos Recursos da Conta única do Tesouro Nacional”**.

**A rubrica “Depósitos restituíveis e valores vinculados”** visa evidenciar os valores de depósitos efetuados pela/para a entidade referente ao direito de uso, e demais recursos vinculados, podendo ser realizáveis no curto ou no longo prazo, mas constituem menor grau de liquidez do que uma conta de caixa e equivalentes.

Tal entendimento já foi objeto de recomenda o dessa equipe de auditoria, que recebeu da equipe técnica responsável da **EBC** a declara o de que o plano de contas aprovado pela **CEAF** não possui flexibilidade para melhoria da evidencia o em rela o ao grau de liquidez da conta para fins de reclassifica o.

**Ressalta-se** que para manter os critérios de um ativo, conforme preconiza as normas contábeis e evidenciar o controle sobre o bem do ativo, a **EBC** faz o registro da rubrica pelo limite de saque com vincula o da conta.

Desse modo,   possível concluir quanto a escritura o da conta como válida, pois ainda que o valor não constitua o grau de liquidez máximo das contas disponíveis, tendo em vista que nem sempre há como o balanço patrimonial evidenciar aspectos orçamentários e patrimoniais em sua estrutura de patrim nio, a entidade alega não dispor de toda estrutura de gestão contábil da **Lei 4.320/64** ou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-**PCASP**, assim sendo, cabe a entidade por decisão interna verificar, em obediência ao Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, quanto a reclassifica o ou não da rubrica conforme nossa sugestão.

## 8.2 Créditos a Curto Prazo

Foram analisados os valores a receber decorrentes da atividade fim da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, assim como os itens principais das contas realizáveis em até 12 meses da data das demonstra es, referentes aos débitos dos clientes dos serviços de comunica o e de publicidade legal.

**Pontuamos** que durante os trabalhos executados em períodos anteriores foram identificadas uma divergência encontrada por esta auditoria no montante de **R\$ 50.285,81** (cinquenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) e por conseqüente recomendamos que a **EBC** evidenciasse a descri o dos montantes não relacionados nos relatórios de notas fiscais pendentes de recebimento na posi o de 31/03/2024 correlacionados aos serviços de publicidade legal e serviços de comunica o.

A **EBC**, por meio de sua gerência de contabilidade, esclarece que este trabalho de atendimento a recomenda o continua em andamento, todavia, sua execu o, conforme esclarecido anteriormente, prossegue de forma gradativa e criteriosa, tendo em vista que se trata de uma análise complexa, com um volume bastante denso.

Contudo, do saldo da Conta Clientes em 31/12/2024, **R\$ 39.022.665,88** (trinta e nove milhões, vinte e, cabe esclarecer que o montante de **R\$ 37.329.748,55** (trinta e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) correspondente aos clientes **SECOM** com **R\$ 36.535.506,13** (trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e seis reais e treze centavos) **MEC** com **R\$ 794.242,42** setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos) encontra-se conciliado, o que representa **95,66%** do total da referida Conta, conforme arquivos enviados a esta auditoria e devidamente verificados.

Diante do acima exposto, a **EBC** informa que está trabalhando para que o saneamento desta conta ocorra na maior brevidade possível.

**Pontuamos** que a resposta apresentada pela Gerência de Contabilidade reconhece a complexidade da análise da conta contábil em questão, destacando a elevada quantidade de

lançamentos, a diversidade de Unidades Gestoras (UGs) envolvidas e desafios operacionais, como a emissão e o recebimento de faturas por diferentes UGs. Também   mencionada a limita o de pessoal como um fator que impacta a celeridade do processo.

No entanto, apesar da justificativa, a ausência de um plano de a o detalhado, com prazos definidos e medidas concretas para a regulariza o da conta, pode comprometer a efetividade do saneamento.

Além disso, a continuidade dessa situa o pode afetar a confiabilidade das informa es contábeis e a transparência na concilia o dos saldos, sendo que caso haja ajustes a serem realizados, isso poderá impactar no resultado já publicado de 2024.

Diante o exposto:

- ❖ **Recomendamos** que a **EBC** estabeleça um cronograma mais estruturado para a finaliza o da análise, priorizando os lançamentos mais antigos ou de maior impacto. Também seria importante avaliar a possibilidade de alocar recursos adicionais ou adotar solu es tecnológicas que possam agilizar o processo, minimizando riscos para a integridade das demonstra es contábeis.

### 8.3 Adiantamentos concedidos a pessoal

Foi objeto dessa auditoria a verifica o da rubrica relacionada as antecipa es concedidas a pessoal, tais como antecipa es de salários e ordenados, adiantamentos de 13  salário, adiantamentos de férias e outros, e ainda, quando aplicável, a terceiros, incluídos os adiantamentos a fornecedores.

Sobre os adiantamentos, foram revistos a exigência da clausula 6  do Acordo Coletivo de Trabalho cuja vigência abarca o período de 1  de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2024, e como data-base da categoria para 1  de novembro.

*A EBC adiantará a todos os empregados 50% (cinquenta por cento) do 13  salário na folha de fevereiro, exceto quando houver manifesta o contrária formal do empregado.*

A rubrica de adiantamento a pessoal corresponde ao montante de **R\$ 121.117,16** (cento e vinte e um mil, cento e dezessete reais e dezesseis centavos), e obedece aos critérios de evidenciação apresentados abaixo:

Adiantamento de 13 salário			A.V	A.H
Data	3 Trimestre	4 trimestre		
2019	R\$ 9.936,74	R\$ 9.936,74	8%	0%
2020	R\$ 10.981,18	R\$ 10.981,18	9%	0%
2021/22	R\$ 30.823,83	R\$ 9.491,06	8%	-69%
2024	R\$ 11.464.712,67	R\$ 90.708,18	75%	-99%
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.516.454,42</b>	<b>R\$ 121.117,16</b>	<b>100%</b>	<b>-99%</b>
Adiantamento de férias				
dez/24	R\$ 23.769,71	R\$ 0,00	0%	-100%
<b>Total</b>	<b>R\$ 23.769,71</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0%</b>	<b>-100%</b>
<b>Total de Adiantamentos</b>	<b>R\$ 11.540.224,13</b>	<b>R\$ 121.117,16</b>	<b>100%</b>	<b>-99%</b>
Total escriturado	R\$ 11.540.224,13	R\$ 121.027,16	100%	-99%
<b>Divergência</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 90,00</b>	<b>0%</b>	

Dito isso, é possível afirmar que a constituição de adiantamentos com pessoal vem adotando base legal legítima, assim como o critério contábil adequado, para evidenciação dos direitos relacionados.

**Pontuamos** que não foi objeto de auditoria nesse trimestre a confirmação dos saldos e demais critérios relacionados a rubrica "Suprimento de Fundos" referente ao montante de **R\$ 248.435,48** (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), mas que será para os próximos trimestres, que visará a confirmação do comprimento da disciplina legal constituída pela Norma de Suprimento de Fundos – **NOR 221**, ou outra que a vier substituir.

#### 8.4 Tributos a Recuperar/compensar

Foram analisadas as contas patrimoniais que compreendem o somatório dos valores dos direitos referentes aos tributos a recuperar ou compensar.

Considerando os pronunciamentos técnicos contábeis **NBC TG 32-** Tributos sobre o Lucro; **NBC TSP 00** – Estrutura Conceitual; **NBC TSP 03** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões; foram verificados a composição dos registros dos valores de **IRRF a**

## **Compensar; IR E CSLL a Compensar; COFINS a Recuperar/Compensar e PIS/PASEP a Recuperar/Compensar.**

O detalhamento dos tributos em que foram realizados testes de auditoria, será detalhado nos subitens que se seguem.

### **8.4.1 CSLL a Compensar**

Foi analisada a sistemática de tributa o referente a Contribui o Social Sobre o Lucro Líquido – **CSLL** e seu registro em escritura o formal contábil.

Referente a essa contribui o, vale destacar que se aplicam a ela no que couberem, as disposi es da legisla o do imposto sobre a renda referentes   administra o, ao lançamento,   consulta,   cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantidas a base de cáculo e as alíquotas previstas na legisla o da referida contribui o conforme **Lei n  7.689**, de 1988, art. 6 , e **Lei n  8.981**, de 1995, art. 57.

A **CSLL**   o resultado contábil do período ajustado pelas adi es determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensa es de base de cáculo negativa até o limite definido em legisla o específica vigente   época da ocorrência dos fatos geradores conforme **Lei n  7.689**, de 1988, art. 2 , e altera es posteriores.

Por meio de procedimentos de auditoria executados, foi possível atestar quanto da integralidade da rubrica contábil, quanto aos seus totalizadores.

### **8.5 Outros créditos a receber**

Analisamos o montante da rubrica **Outros Créditos a Receber** referente ao  nus da remunera o do empregado cedido   de responsabilidade do órgão cedente, conforme estabelecido pela Portaria-Presidente N  844/2023, não dever haver saldo a receber por parte da empresa pública em rela o   cessão do empregado, uma vez que o valor correspondente deveria ser arcado pelo órgão cessionário.

A contabiliza o de um crédito a receber, no caso, indicaria que a empresa pública ainda possui a expectativa de receber uma contrapresta o, o que contraria a determina o legal de que o  nus   da parte cessionária.

Portanto, a baixa contábil de **R\$ 97.642,35** (noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), com base na documenta o e nos fundamentos legais apresentados, sugere que o valor foi de fato quitado ou considerado irrecuperável, alinhando-se com a responsabilidade do  rgo cedente.

Outro ponto analisado e já verificado com a **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**   o montante de **R\$ 44.477,14** (quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quatorze centavo) que se refere   rescisão de contrato de trabalho com saldo negativo que ainda não foi recolhido pelo ex-empregado.

Durante este trimestre, observamos que este saldo da conta contábil (113811700) que era composto por apenas uma RCT negativa teve o seu saldo baixado, e o respectivo processo encaminhado a Consultoria Jurídica para cobrança Judicial, conforme evidenciado na Nota 8, item 8.2 das notas explicativas às demonstra es contábeis.

Assim sendo, consideramos que esta recomenda o de auditoria foi atendida em todos os seus processos, pois entendemos que o mais adequado para a situa o seria mesmo o não reconhecimento desse valor como ativo. Já que de acordo com o MCASP e os princípios contábeis, um ativo deve ser registrado somente quando houver uma probabilidade alta de que o valor será efetivamente recuperado.

No caso de um saldo negativo decorrente de rescisão de contrato de trabalho com um ex-empregado que ainda não fez o recolhimento, se a recupera o do valor depender de fatores incertos ou que envolvem grande subjetividade (como a capacidade de pagamento do ex-empregado ou a viabilidade da cobrança), não seria adequado reconhecê-lo no ativo.

O risco de registrar um ativo contingente   grande, e, por isso, o mais prudente  :

- ❖ **Não registrar no ativo:** Se não há certeza de que o valor será efetivamente recebido, ele não deve ser contabilizado como ativo.

- ❖ **Avaliar a possibilidade de provisão para perdas:** Se ainda houver uma chance de recupera o,   recomendável considerar a cria o de uma provisão para perdas, ajustando as demonstra es contábeis de acordo.
- ❖ **Registrar como despesa:** Caso a recupera o seja incerta, uma alternativa   registrar o valor como uma despesa ou perda, caso o valor seja considerado irrecuperável.

## 8.6 Estoques

Foram analisadas as contas que compreendem o valor dos bens adquiridos pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** com o objetivo de venda ou utiliza o própria no curso normal de suas atividades.

Foram objeto dos trabalhos de auditoria, os mapas de controle de almoxarifado do período, através de técnica de amostragem sistemática, com a finalidade de verificar a correta classifica o dos códigos, se os valores dos itens estavam contingentes e não exuberantes, e as rela es das quantidades de itens descritos, e constatamos que não foram encontradas divergências.

## 8.7. Realizável a Longo Prazo

### 8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber

Foram analisadas as contas que compreendem os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das opera es, porém não recebíveis nesse período, representando um direito a cobrar de seus clientes, onde foi possível verificar que a conta basicamente registra esses valores a receber quando já se encontram em processo de a es judiciais pela **EBC**.

### 8.7.2 Perdas Estimadas em Créditos de Liquida o Duvidosa – PECLD

Foram analisadas as contas patrimoniais que registram os ajustes de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros e outras situa es relacionadas a atividade operacional da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

**Pontuamos** que a **EBC** opta pela não constitui o de **PECLD** a curto prazo, tendo em vista aspectos específicos de seus clientes, que em sua maioria são constituídos por entidades da Administra o Pública Federal direta ou indireta, e que, devido a seus tramites orçamentários e legais possuem maior ciclo de execu o de liquida es e pagamentos, porém, após findos tais tramites, há certeza razoável sobre a quita o dos seus débitos.

Os procedimentos substantivos de auditoria que foram realizados consistiam na análise dos relatórios da **EBC** sobre as Perdas Estimadas de Crédito de Liquida o Duvidosas – **PECLD** relacionadas as opera es de longo prazo, registrados no ativo não circulante e as respectivas atualiza es monetárias desses itens.

O confronto entre os saldos registrados nos relatórios com os saldos nas Demonstra es contábeis evidenciou uma atualiza o por corre o monetária no montante de **R\$ 668.344,07** (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) na data corte de 31/12/2024, que não se alterou desde o último trimestre, como   possível evidenciar a seguir:

Descri�o de rubricas judicializadas	Nfs emitidas	Valor da Nota Fiscal	Valor do saldo pendente
PECLD servi�os de comunica�o	54	R\$ 619.067,62	R\$ 618.332,62
PECLD publicidade legal	1548	R\$ 628.573,42	R\$ 628.550,40
<b>Valor nominal nos relat�rios</b>	<b>1602</b>	<b>R\$ 1.247.641,04</b>	<b>R\$ 1.246.883,02</b>
Atualiza�o corrente			R\$ 668.344,07
<b>Total da rubrica</b>			<b>R\$ 1.915.227,09</b>
Valor escriturado			R\$ 1.915.227,09
<b>Diverg�ncia</b>			<b>R\$ 0,00</b>

Diante o exposto,

- ❖ **Solicitamos** pelo departamento financeiro, uma composi o do valor registrado como atualiza o corrente para análise da exatidão dessa atualiza o e qual o amparo normativo para sua constitui o.

Essa solicita o   para que se possa atestar que os valores evidenciados nessa rubrica se encontram ajustados a valor presente e escriturados com o valor realizável para fins de liquida o e recebimento do direito relacionado.

Durante a auditoria do exercício corrente, recomendamos que a **EBC** evidencie em Notas Explicativa a descri o dos montantes nos relatórios de **PECLD** – publicidade legal – judicial e **PECLD** – serviços de comunica o na posi o de 30/09/2024 informando o valor histórico e suas respectivas atualiza es para fins de publicidade da informa o, onde pudemos verificar que a **PECDL** de longo prazo (notas fiscais judicializadas), registadas no ativo não circulante, foi evidenciada em nota explicativa, Nota 8.1, na forma sugerida.

### 8.7.3 Depósitos para Interposi o de Recursos

Foram analisadas as contas que compreendem os valores efetuados pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** para depósitos compulsórios para interposi o de recursos e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes a data de publica o das demonstra es contábeis.

A **EBC** adota o modelo de escritura o preconizado pelo **MCASP**, pois tais Depósitos Bancários Vinculados não devem integrar o saldo das Disponibilidades, e sua classifica o no Balanço deve levar em conta suas características específicas e as restri es existentes, devendo ser classificadas em conta   parte no Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo, na condi o de créditos e valores a receber

As Demonstra es evidenciam o montante no valor de **R\$ 46.160.378,74** (quarenta e seis milhões, cento e sessenta mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

**Pontuamos** que tais contas devem estar correlacionadas as respectivas provisões no passivo, sendo que suas atualiza es ainda não devem influenciar no resultado da empresa, ou seja, realizando opera es permutativas, pela atualiza o do valor do depósito vinculado (Ativo) com as contas de provisão (Passivo).

- ❖ **Recomendamos** que a **EBC** Realize o controle desses valores na conta judicial informando em notas explicativas a corre o monetária e os rendimentos de juros do período para que haja completa evidencia o do saldo atualizado.

**Em resposta institucional**, a **EBC** informa que, *segundo a Consultoria Jurídica*, a mesma não possui acesso direto às informa es das contas judiciais vinculadas aos juízos, nas quais são

realizados os depósitos judiciais. Após a efetiva o dos depósitos, as contas criadas são controladas exclusivamente pelo cartório de cada Vara do Trabalho, não havendo acesso às informaçoes de saldo bancário, inviabilizando a informa o sobre as atualiza oes monetárias de cada depósito. Diante disso, a  rea Financeira da EBC realizou consulta ao Banco do Brasil, com vistas a verificar a possibilidade de obter extratos das contas judiciais em que a EBC realize depósitos judiciais e pagamento de execu o trabalhistas nesse banco. O Banco do Brasil informou que   possível, no entanto, há que se firmar convênio entre a EBC e o Banco do Brasil, para termos acessos aos extratos dos depósitos judiciais. Estamos em tratativa com o Banco do Brasil para firmarmos o convênio. O mesmo procedimento será realizado com a Caixa Econ mica Federal para os depósitos e pagamentos de execu o efetuados nesse banco.

Diante o exposto,   possível concluir que a **EBC** está em processo de adequa o as recomenda oes desta equipe de auditoria. Em adi o ao tema:

Quanto a solicita o a respeito do inventário compondo os montantes depositados nessa rubrica, nos foi apresentado um arquivo com a composi o dos montantes depositados na Conta Contábil 121210605 - Depósito Efetuado para Interposi o de Recursos, e foi possível verificar que estavam conciliados. Assim sendo atendidas nossas solicita oes.

#### **8.7.4 Créditos a Receber por Aliena o de Bens Móveis/Imóveis**

Durante os trabalhos de auditoria, foi verificada a contabiliza o de Créditos a Receber por Aliena o de Bens Móveis/Imóveis, cujo saldo registrado na rubrica específica   de **R\$ 37.498.902,43** (trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e dois reais e quarenta e três centavos).

Esse montante refere-se   aliena o de bens móveis e imóveis que atualmente estão sob a o judicial movida pela **Empresa Brasil de Comunica o - EBC** contra os adquirentes.

Verificou-se que os valores já se encontram em fase de execu o judicial, ou seja, já houve decisão judicial de mérito reconhecendo o direito da **EBC** sobre os créditos. Dessa forma, a entidade já pode adotar os meios legais de cobrança para efetivar o recebimento dos valores devidos.

A contabiliza o desses créditos como ativo se justifica, pois, conforme os princípios contábeis e as normas de reconhecimento de ativos, um recurso deve ser registrado como tal quando houver evidência de um direito presente da entidade sobre um benefício econ mico futuro, que seja mensurável e cuja realiza o seja provável. No caso em questão, a decisão judicial favorável configura um direito legalmente assegurado, permitindo que a **EBC** busque a recupera o dos valores por meio da execu o da sentença, cabendo a entidade o acompanhamento contínuo da execu o judicial e a ado o das providências cabíveis para viabilizar a concretiza o dos recebimentos, considerando os aspectos legais e financeiros envolvidos.

## 8.8 Investimentos

Foram analisadas as contas que compreendem as participa es permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manuten o da atividade da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

### 8.8.1 Participa es em Fundos

Essa rubrica visa evidenciar as participa es em fundos, mensuradas pelo método de custo de aquisi o que no início do exercício apresentava o montante de **R\$ 57.261,10** (cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e dez centavos).

Baseados na **NBC TSP 31**, apresentamos a seguir, em resumo, os métodos de mensura o e escritura o aplicáveis a avalia o de instrumentos financeiros, tais quais, os fundos de investimento.

M�todo	Situa�o que ocorrem	Reconhecimento no balan�o	Classifica�o	Forma	Objetivo	Impacto no Resultado
Custo amortizado	Investimentos mantidos at� a data de vencimento	Custo + Atualiza�o dos juros	Ativo ou passivo financeiro	Juros simples ou compostos	N�o calcula valor justo	Rendimento da opera�o
Valor justo por outros resultados abrangentes	Destinados � venda Futura	Valor mercado	Ativo financeiro	Juros simples ou compostos	Teste de recuperabilidade vai para o PL e n�o resultado	Rendimento da opera�o
Valor justo por meio do resultado	Destinados � negocia�o Imediata	Valor de mercado	Ativo financeiro	Valor justo – custo de aquisi�o	N�o calcula os juros da opera�o	Valor justo

**Pontuamos** que fundos extintos que não liquidaram seus respectivos pagamentos a seus beneficiários não se enquadram em quaisquer das situa es mencionadas na norma, pois dependem da a o judicial requerendo a titularidade das quotas extintas para que sejam reconhecidos o direito, a exigibilidade do pagamento do devedor e o controle dos ganhos desse fundo, e desse modo, acabam por atender ao critério de um ativo contingente já mencionado neste relatório no item **8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber**, descrito na **NBC TSP 03 NBC TSP 03** (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões).

Por conseqüente, recomendamos durante o exercício financeiro de 2024 que a **EBC** realizasse a análise técnica contida na **NBC TSP 31** e na **NBC TSP 03** sobre a escritura o de direitos que não estejam mais sobre o controle da empresa e que dependam do trânsito em julgado para que pudesse ser realizado o benefício econ mico que se espera desse bem, assim como, que todos os ativos contingenciais fossem escriturados em contas de compensa o para fins de controle dos valores, que podem vir impactar uma varia o patrimonial da **EBC**.

**Em resposta institucional**, a **EBC** informou que será realizada consulta ao Jurídico quanto a probabilidade de recebimento desses valores e, se for o caso, com base na classifica o do Jurídico, será submetida proposi o de baixa contábil   Diretoria Executiva.

Chamamos aten o agora a Nota explicativa 3.4, que informa as quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND foram baixadas contabilmente por meio da Nota de Sistema N  2024NS040452, conforme Delibera o N  131/2024, da Diretoria Executiva da Empresa.

Assim sendo, concordamos com a a o da EBC ao realizar a baixa contábil das quotas do FND, tendo em vista a extin o deste fundo conforme o **Decreto n  9.052, de 15/05/2017**, e a não efetiva o do pagamento das quotas devido   não localiza o da via original do Certificado de Investimento.

De acordo com o **MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público)**,   adequado que a baixa de um ativo seja realizada quando houver a constata o de que ele não   mais realizável ou quando a expectativa de recebimento for incerta, o que   o caso em questão.

O processo judicial ajuizado pela **EBC**, com o intuito de assegurar a titularidade das quotas da extinta **EBN**, reflete o esforço da entidade para garantir o recebimento. Contudo, o fato de a sentença do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ter sido de improcedência, juntamente com o andamento do **Recurso de Apela o**, implica em incertezas quanto ao desfecho favorável da a o.

De acordo com o **art. 9  da Lei n  4.320/1964** e a própria orienta o do **MCASP**, ativos contingentes, ou seja, aqueles que dependem de desfechos incertos, não devem ser reconhecidos como ativos enquanto o processo judicial não for concluído.

Dessa forma, a **baixa contábil** das quotas reflete o princípio da **prudência** e está em conformidade com as normas contábeis que regem a contabiliza o de ativos que se mostram incertos quanto   sua realiza o, como   o caso das quotas do FND. Assim sendo

Assim sendo, resta apenas que se aguarde o julgamento do recurso, sem registrar as quotas como ativo até que o resultado da a o judicial seja conhecido, está alinhada com as diretrizes do **MCASP** e a prática contábil prudente.

## 8.9 Ativo Imobilizado

Foram analisadas as contas patrimoniais que compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manuten o das atividades da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de opera es que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

### 8.9.1 Teste de Recuperabilidade

De acordo com a **NBC TSP 09** (Redu o ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa) e **NBC TSP 10** (Redu o ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa), foram analisados os valores de ajustes ao valor recuperável do imobilizado, quando esse   inferior ao valor líquido contábil.

A **EBC** informa que houve apropria o na conta do resultado advindo do teste de recuperabilidade (impairment test), aplicado por Empresa especializada por meio de seu Laudo de Avalia o

referente ao ano de 2023 (**Processo/EBC 53400-002744/2023-17-e**) e que já se encontra realizando a contrata o para o inventário do ano de 2024.

Foi avaliado o último Laudo referente aos testes de recuperabilidade, o Laudo atribuiu o reconhecimento de perda a valor recuperável de ativo no montante de **R\$ 2.695.775,63** (dois milhões setecentos e cinquenta mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos), pois conforme a **NBC TG 01** Teste de Recuperabilidade, foi constatado que o valor recuperável (valor maior entre o que está em uso e o valor justo líquido de despesas de vendas)   menor do que o valor contábil do ativo, tal fato ocorreu ainda no exercício de **2024**, sendo realizado o reconhecimento de perda desses valores.

Após a execu o dos testes de recuperabilidade (*impairment test*) nos bens móveis da entidade, conforme a metodologia e os critérios descritos, podemos afirmar que o procedimento foi conduzido de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo MCASP e as normas pertinentes. A aplica o da fórmula para o cálculo do valor de mercado dos bens, considerando a deprecia o econ mica e a compara o com o valor contábil, está em conformidade com as diretrizes contábeis para o reconhecimento de perdas por desvaloriza o.

Verificamos também que os dados utilizados, como o valor residual, a vida útil e o tempo de uso dos bens, foram devidamente atualizados e fundamentados, assegurando que os valores contábeis estejam corretamente ajustados.

A análise dos saldos de 2023 e 2024 mostrou uma redu o no valor de *impairment* de **R\$ 53.356,54** (cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), impactando positivamente o resultado do exercício, o que foi adequadamente refletido nas demonstra es contábeis, com a varia o patrimonial aumentativa registrada como receita.

Por fim, verificamos que os cálculos de deprecia o e o reconhecimento da varia o patrimonial aumentativa estão consistentes com os dados apresentados, e as explica es sobre a redu o do saldo de *impairment* foram apropriadas, refletindo mudanças nas condi es dos bens móveis e no mercado.

Portanto, consideramos que o teste de recuperabilidade foi realizado de forma adequada, e os resultados apresentados são consistentes com os registros contábeis da entidade.

### 8.10 Salários, Remunera es e benefícios

Foram analisadas as contas que compreendem as obriga es da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** referente a salários ou remunera es, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões, os encargos a pagar, ou os demais benefícios assistenciais com vencimento no curto prazo.

O procedimento de auditoria teve como objetivo confrontar o montante líquido de salários, remunera es e benefícios registrados nas folhas de pagamento com os valores reconhecidos como obriga es (créditos no passivo) nas demonstra es contábeis da entidade. A metodologia seguida envolveu as seguintes etapas:

Primeiramente realizamos a coleta de informa es, por meio do levantamento das folhas de pagamento dos períodos relevantes, verificando os valores totais dos salários, remunera es e benefícios pagos aos funcionários por meio dos proventos descontados.

Em seguida, houve a identifica o dos valores reconhecidos no passivo, a partir dos saldos contábeis, onde foram isolados os valores que estavam sendo reconhecidos como obriga es no passivo, com destaque para os encargos sociais e outras obriga es de curto e longo prazo relacionadas ao pessoal.

Por fim, houve a compara o e análise de consistência. Com os dados das folhas de pagamento e os valores registrados nas demonstra es contábeis, procuramos realizar uma compara o direta entre os montantes líquidos de salários e os valores reconhecidos no passivo.

**Pontuamos** que nossa análise revelou que os valores da rubrica não estavam batendo com os montantes registrados nas demonstra es contábeis, apresentando divergências, quando comparado unicamente com as folhas de pagamento, como apresentado a seguir:

## Composi o dos valores creditados no passivo de acordo com as Folhas de pagamento apresentadas

Compet�ncia	Total de proventos	Total de descontos	Sal�rio l�quido	Cr�ditos no Passivo	Diferen�a	Adiantamentos	Diferen�a l�quida de Ad
jul/24	R\$ 27.846.360,43	R\$ 10.304.621,21	R\$ 17.541.739,22	R\$ 25.785.488,39	R\$ 8.243.749,17	R\$ 11.890,71	R\$ 8.231.858,46
ago/24	R\$ 27.942.668,17	R\$ 10.375.907,79	R\$ 17.566.760,38	R\$ 25.253.137,25	R\$ 7.686.376,87	R\$ 27.598,10	R\$ 7.658.778,77
set/24	R\$ 27.669.062,45	R\$ 10.385.031,50	R\$ 17.284.030,95	R\$ 25.013.805,62	R\$ 7.729.774,67	R\$ 58.941,55	R\$ 7.670.833,12
out/24	R\$ 28.250.872,47	R\$ 10.548.383,02	R\$ 17.702.489,45	R\$ 25.681.178,04	R\$ 7.978.688,59	R\$ 40.171,24	R\$ 7.938.517,35
nov/24	R\$ 52.125.397,43	R\$ 29.192.680,97	R\$ 22.932.716,46	R\$ 37.465.510,16	R\$ 14.532.793,70	R\$ 39.912,46	R\$ 14.492.881,24
dez/24	R\$ 30.872.197,16	R\$ 11.003.732,71	R\$ 19.868.464,45	R\$ 28.250.247,04	R\$ 8.381.782,59	R\$ 92.666,05	R\$ 8.289.116,54
<b>Total</b>	<b>R\$ 194.706.558,11</b>	<b>R\$ 81.810.357,20</b>	<b>R\$ 112.896.200,91</b>	<b>R\$ 167.449.366,50</b>	<b>R\$ 54.553.165,59</b>	<b>R\$ 271.180,11</b>	<b>R\$ 54.281.985,48</b>

Para entender as razões das divergências, tentamos somar as constitui es de provisões para encargos de pessoal e os débitos em adiantamentos (como adiantamentos salariais, benefícios pendentes, etc.), mas ainda assim não conseguimos justificar completamente a diferença apenas tomando por base as informa es pertinentes as folhas de pagamentos geridas pela equipe de recursos humanos.

Diante disso, procuramos em seguida buscar por falhas no processo de contabiliza o ou omissões nos registros relacionados a algum tipo de remunera o ou benefício, ou se falta mais informa es a serem disponibilizadas a esta contabilidade, porém não identificamos qualquer erro na apura o dos valores da folha com os valores contábeis.

Como a folha de pagamento estava complementarmente escriturada, mas ainda assim, havia outros valores, estamos buscando um meio de evidenciar a composi o dessa rubrica, e por isso questionamos a equipe da EBC, que apresentou a seguinte justificativa:

*Com base nos lançamentos contábeis, elaborou-se demonstrativos (arquivos anexos) dos registros contábeis nas Contas 21111.01.01 e 21121.0101 que se referem   composi o do valor líquido das folhas de pagamento referentes aos meses de julho, agosto e setembro/2024 (com indica o das respectivas contrapartidas), objeto de apontamentos da auditoria independente.*

*Observa-se que, nos mencionados demonstrativos o valor líquido das citadas folhas de pagamento encontra-se conciliado com os valores apontados pela Metrópole (auditoria independente).*

*Quanto aos valores dos créditos indicados pela Metrópole (contabilizados na Conta 21111.01.01) verifica-se que a divergência apontada deve-se a diversidade de registros contábeis realizados na citada Conta. Nessa rubrica não há somente lançamentos por conta da folha de pagamento. A título de exemplificar essa situa o, foi elaborado demonstrativo relativo aos créditos do mês de*

setembro/24 (arquivo anexo), incluindo-se a evidenciac o da natureza das obriga es contabilizadas naquele período. Com base nos lançamentos contábeis, elaborou-se demonstrativos (arquivos anexos) dos registros contábeis nas Contas 21111.01.01 e 21121.0101 que se referem   composi o do valor líquido das folhas de pagamento referentes aos meses de julho, agosto e setembro/2024 (com indica o das respectivas contrapartidas), objeto de apontamentos da auditoria independente.

Observa-se que, nos mencionados demonstrativos o valor líquido das citadas folhas de pagamento encontra-se conciliado com os valores apontados pela Metrópole (auditoria independente).

Tendo em vista que a equipe de gerência contábil e pessoal justificou que a conta 21111.01.01 não   utilizada exclusivamente para registrar lançamentos da folha de pagamento, mas também para outros tipos de créditos, que posteriormente verificamos como "lançamentos extra folha", "RCT", "custas processuais", "ressarcimento empregado requisitado" e "honorários periciais".

Assim sendo, solicitamos a época que a Gerência de Contabilidade junto a Gestão de Pessoas fornecesse uma explica o sobre esses valores além da folha e que caso houvesse diferenças nas contas de passivo ou nas rubricas utilizadas, foi também solicitado que a entidade fornecesse uma explica o detalhada sobre as razões das varia es encontradas.

Em resposta   solicita o de esclarecimentos, a **EBC** forneceu uma planilha detalhada com os lançamentos contábeis desses meses de 2024, que incluem as movimenta es de créditos nas contas 21111.01.01, 31321.03.00, 31121.01.00 e 31321.06.00.

A planilha fornecida pela empresa inclui uma série de registros contábeis, como exemplificado a seguir:

- Nota de Sistema (NS) e valores associados   conta 21111.01.01: Apresenta o de lançamentos, tanto positivos quanto negativos.
- Houve rubricas adicionais que foram identificadas como "lançamentos extra folha", "RCT", "custas processuais", "ressarcimento empregado requisitado" e "honorários periciais", que, conforme a empresa, são registrados na mesma conta.

Após análise preliminar, foram observadas as seguintes questões:

- **Rubricas Diversas:** O uso de diversas rubricas dentro da conta de salários pode gerar confusão e dificultar a compreensão clara dos saldos relacionados   folha de pagamento.

As rubricas adicionais, como "RCT" e "custas processuais", parecem não estar diretamente relacionadas à natureza de salários e benefícios, o que poderia justificar a segregação desses valores em contas específicas.

- **Saldos e Lançamentos:** A soma dos valores da conta 21111.01.01 foi verificada, mas a natureza dos lançamentos precisa ser mais bem esclarecida. A existência de ajustes e lançamentos de "lançamentos extra folha", "RCT", "custas processuais", entre outros, requer um detalhamento adicional para validar a compatibilidade com os princípios contábeis aplicáveis e o plano de contas da empresa.

A fim de validar as justificativas e esclarecimentos apresentados, serão adotados os seguintes procedimentos para o próximo trimestre:

- ❖ **Solicitamos** para o próximo trimestre o envio de documentos de apoio para os lançamentos de "RCT", "custas processuais", "ressarcimento empregado requisitado" e "honorários periciais", para confirmar a base legal e contábil desses registros. A **EBC** deve apresentar os comprovantes e documentos de suporte para os lançamentos questionados, a fim de garantir que os valores contabilizados sejam corretamente justificados.

A análise preliminar dos dados fornecidos pela empresa indicou que as diferenças apontadas entre a folha de pagamento e os créditos no passivo podem ser explicadas, em parte, pela diversidade de lançamentos contábeis realizados na conta **21111.01.01**.

Essa situação ocorre devido à automação do **SIAFI**, sistema utilizado pela entidade, que vincula automaticamente a essa rubrica não apenas os valores relacionados à folha de pagamento, mas também outras contas contábeis, como "RCT", "custas processuais" e "honorários periciais".

Vale ressaltar que o **SIAFI** não permite a modificação dos critérios de vinculação, uma vez que é um sistema padronizado e utilizado por todas as entidades federais. Portanto, a alocação dessas rubricas dentro da conta mencionada ocorre automaticamente, embora tais itens não estejam diretamente relacionados aos salários e benefícios.

Dessa forma, a prática de utilizar uma única conta para registrar diversos tipos de despesas pode comprometer a clareza e a precisão dos registros contábeis, dificultando a análise detalhada dos créditos no passivo relacionados   folha de pagamento. Diante o exposto:

- ❖ **Recomendamos** que seja dada maior evidência   composi o e   natureza dos lançamentos na conta 21111.01.01 durante o exercício de 2025 por meio do uso de tabelas ilustrativas que detalhem de maneira mais clara os diferentes tipos de rubricas registradas, bem como uma evidenciac o mais explícita da conta.
- ❖ **Recomendamos** que as notas explicativas tragam a composi o dessa rubrica em forma de tabela evidenciando os gastos com pessoal em folha de pagamento, mas também as demais obriga oes associadas.

Essas medidas podem facilitar a compreensão do impacto dessas aloca oes nos saldos apresentados pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**, proporcionando uma visão mais transparente e precisa sobre a rela o entre os créditos e os elementos registrados no passivo.

## 8.11 Obriga oes tributárias

### 8.11.1 Imposto sobre circula o de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal – ICMS

Foram revistos os cálculos apresentados pela **EBC** do **ICMS** pela  tica da não cumulatividade, ou seja, da apropria o, durante o ciclo das mercadorias, dos valores a recolherem abatidos dos créditos de montantes já recolhidos em momento anterior para repasse ao consumidor final do  nus tributário.

Os testes de auditoria visaram a realiza o do rec culo, para verifica o da aplica o na base de cáculo, das alíquotas aplicáveis no regime normal de tributa o, assim como a apropria o do Diferencial de Alíquotas - **DIFAL** incidente sobre a venda para outro estado, quando contribuinte ou não (inclusive consumidor final) do imposto, por meio da dedu o do valor obtido na Alíquota interestadual de dentro do valor obtido da Alíquota interna do destinatário, que se deve ao Estado do Destinatário (exceto quando não contribuinte).

**Ressaltamos** que os c culos se encontram em conformidade com o disposto na Lei Complementar n  87 (**Lei Kandir**), de 13 de setembro de 1996, e do Decreto 18955, de 22 de dezembro de 1997, referente ao Regulamento do **ICMS** do Distrito Federal.

Desse modo,   possível garantir com segurança razoável que os procedimentos fiscais de **ICMS** estão consolidados quanto aos seus totalizadores.

### **8.12 Provisões a curto prazo**

Foi objeto dos trabalhos de auditoria a evidenciac o e valida o dos critérios contábeis dos montantes correspondentes aos passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo constituídos pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

As provisões inscritas nessa rubrica se referem a fatos geradores relacionados ao pagamento de reclama es trabalhistas; ao pagamento de autua es fiscais e ao pagamento de indeniza es a fornecedores e clientes, cuja probabilidade encontra-se classificada como provável de ocorrência, enquanto as consideradas possíveis, apenas constam em men o em Nota Explicativa.

Por meio da revisão dos controles de processos disponibilizados pela EBC foi verificado a composi o dos processos judiciais a serem classificados como prováveis, possíveis e remotos, de acordo com os critérios contábeis contidas na **NBC TSP 03** (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões).

Além da confirma o de saldos, também foi confirmada a existência das respectivas a es citadas nestes relatórios por meio de consulta nos sites do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - **TJDFT**, do Tribunal Regional Federal da 1  Região – **TRF 1**, do Tribunal Regional Federal da 2  Região – **TRF 2** e do Tribunal Regional Federal da 3  Região – **TRF 3**.

Diante dos testes realizados e das conclusões obtidas, não foram encontradas divergências nas informa es prestadas a respeito das a es cíveis, trabalhistas e fiscais revisitadas, sendo assim, possível atestar com segurança razoável, que as opera es e classifica es cumprem com o critério técnico contábil aplicável.

### 8.13 Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Foram analisadas as rubricas que, segundo a **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**, correspondem aos valores a serem repassados aos veículos de comunica o que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela empresa em decorrência da sua condi o de agência de publicidade.

**Pontuamos** que os acréscimos ou redu oes nesta rubrica ocorrem em fun o do volume de pagamentos realizados pelos clientes dos produtos da empresa.

Para fins de aplica o de procedimentos de auditoria, foram revistos os saldos escriturados e em seguida revistos os montantes quantitativos das contidas no valor das ordens bancárias 2024 relativas a publicidade legal.

**Pontuamos** que para as próximas auditorias iremos consultar outras formas de aplicarmos testes de valida o qualitativa das informaçoes a fim de emitirmos conclusão quanto a segurança razoável da evidencia o do valor.

### 8.14 Obriga oes a longo prazo (Contrato de Gestão n  17/2009)

Foi disponibilizado a esta auditoria o **Contrato de Gestão n  17/2009**, assim como seus 9 (nove) termos aditivos que compoem o saldo dessa rubrica.

Está registrado atualmente como uma obriga o a longo prazo o valor de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais) encerrado em 31/12/2013, que não foi pago em decorrência de a o judicial movida pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** em desfavor da **ACERP**.

**Pontuamos** que o mesmo valor se encontra registrado desde o exercício financeiro do ano de 2023 sem qualquer critério de atualiza o para a mensura o desse valor, e que de acordo com o item **3. do MCASP**, são critérios de mensura o do passivo o preço presumido ou o custo de libera o.

O custo de libera o consiste no montante que corresponde   baixa imediata da obriga o, ou seja, ajustado a valor presente pelo montante que o credor aceitaria no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobriam para aceitar a transferência do passivo do devedor, já o preço presumido   o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assun o do passivo existente.

Ambos os métodos de mensuração visam registrar o passivo pelo seu real valor e sendo assim recomendamos que os passivos decorrentes de operações de longo prazo sejam atualizados pelo seu valor presente de liquidação, seja pelo critério do custo de liberação ou pelo preço presumido e que a **EBC** consultasse a **ACERP** a respeito do montante que o credor aceitaria no cumprimento da sua demanda ou se há a possibilidade de outra entidade aceitar a troca pela assunção do passivo existente.

Neste trimestre, pudemos verificar que a referida recomendação foi atendida nos termos evidenciado na Nota 19, item 19.2, abaixo transcrito:

*"Sobre esse valor, a ACERP impetrou junto ao Tribunal Regional Federal ação contra a EBC, Processo nº 1001507-32.2019.4.01.3400. A Consultoria Jurídica da Empresa inclui essa ação no rol das ações cíveis, com valor atual de R\$ 9.615.131,58, evidenciando que o risco considerado para o respectivo pagamento é classificado como possível, conforme consta do Ofício nº 0007/2025/CONJU/PRESI/EBC. Diante disso, verifica-se que a evidenciação do valor referente à atualização do débito, R\$ 2.615.131,58, deve observar os itens 5.2 e 5.3 da Macrofunção (/SIAFI) 0200336 – Provisões. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a seguir replicados:*

*5.2 - Deve também ser evidenciado um passivo contingente quando, embora a existência da obrigação presente seja certa, não seja possível fazer uma estimativa confiável do seu valor ou não seja provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a obrigação.*

*5.3 – Nenhum lançamento deve ser realizado em contas patrimoniais, apenas deve haver evidenciação desses passivos contingentes em notas explicativas e registro em contas de controle.*

Seguindo-se as orientações supra, o valor de R\$ 2.615.131,58 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos) foi contabilizado na conta de controle 84110.00.00 – Passivos Contingentes Previstos, conforme Nota de Sistema 2025002671, em fevereiro/2025, por ocasião da elaboração das notas explicativas.

## 9. Outros assuntos do Relatório de auditoria

Este é o parágrafo incluído no relatório do auditor que se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor ou o seu relatório.

### 9.1 Obriga es fiscais acessórias

Foram analisadas as obriga es acessórias que foram cumpridas junto   Receita Federal do Brasil -RFB e ao Governo do Distrito Federal – GDF referentes ao primeiro trimestre do ano de 2024 e não foi constatado qualquer divergência.

### 9.2 Conferência de reten es

Por amostragem, foram analisadas as reten es de impostos e recolhimento dos mesmos junto   Receita Federal do Brasil e outros órgãos competentes e não foi constatado nenhuma divergência.

### 9.3 Comparativo de Receitas

Foi avaliado o Relatório Comparativo de Receitas pela composi o do faturamento e o mesmo está de acordo com as exigências da **Lei 4.320/64** e conciliado com o Balancete de Verifica o em 30/09/2024.

### 9.4 Controles internos

Foram revistos os relatórios apresentados pela auditoria interna da entidade e não foram encontradas divergências com os achados de auditoria que foram identificados com os testes realizados pela auditoria externa e independente, deste modo,   possível haver assegura o razoável a respeito dos controles realizados pela **EBC**.

### 9.5 Atas das Assembleias

Foram lidas e analisadas todas as Atas encaminhadas em *Checklist*, a fim de validar as informa es referentes aos aspectos patrimoniais tratados nesse relatório.

### 9.6 Rela o Nominal de Servidores, Jovens Aprendizizes e Estagiários

A análise quanto ao não cumprimento dos indicadores mínimos de jovens aprendizizes e estagiários já foi apontado em auditorias anteriores, porém a **EBC** esclareceu que atualmente encontra-se limitada a cumprir tais percentuais pela impossibilidade de aplica o de concursos públicos, dessa forma, mantemos nosso apontamento quanto aos achados, mas não evidenciaremos tais

recomenda es para os próximos relatórios, visto a incapacidade da Entidade quanto ao cumprimento dessa recomenda o.

### 9.7 Incorpora es de Bens

Foram revistas as rela es de bens a serem incorporados que compõem o saldo da rubrica que compreende a contrapartida da incorpora o de novos ativos advindos de subven es referentes a contratos de gestão, além disso, não foram encontradas distor es relevantes a respeito desse tema na data corte dos trabalhos de auditoria em 30/09/2024.

### 9.8 Parcelamentos contraídos

De acordo com o **Ofício N  36/2024** da **CXOFC** a EBC não possui débitos parcelados referentes ao 4  trimestre do ano de 2024.

### 9.9 Ativos mantidos para venda ou propriedades para investimento

A **EBC** informa que não possui para o período referente ao 4  trimestre de 2024 ativos mantidos para vendas ou propriedades para investimentos, por tanto, todos os seus imóveis estão sendo utilizado para sua atividade operacional em seu imobilizado.

## 10. Encerramento

Considerando as evidências obtidas e os procedimentos executados e tudo mais que foi explanado neste Relatório,   possível concluir que as Informa es Contábeis auditadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira das **Demonstra es Contábeis da Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** em 31 de dezembro de 2024, assim como, o desempenho de suas opera es para o período findo nesta data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a **Lei No 6.404**, de 16 de dezembro de 1976 (lei das sociedades por a es), da **Lei No 4.320** (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – **NBC TSP**; e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP**.

Atenciosamente,



Fábía Marques Braga.

Responsável Técnica: Fábía Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217 – COMPLIANCE FGV.



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF 028585/O-8 – Auditor registrado no CNAI – Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob o nº 9206.

Metrópole Soluções Governamentais.

CRC: 001279/ CRA: 1737/ CREA: 16031